



Disparada dos preços dos alimentos aprofunda a fome no Brasil

“Desesperador, minha pressão já fica alta, dá vontade de desmaiar na boca do caixa, porque o dinheiro não dá para nada”, desabafa a manicure do Rio de Janeiro, Vanessa dos Santos. E ela não está sozinha. Dos 211 milhões de brasileiros, milhares estão passando pelo mesmo desespero desde que a inflação começou a disparar e transformar a cesta básica em artigo de luxo para muitos.

A insegurança alimentar voltou a ser uma realidade no Brasil, como mostra pesquisa realizada em dezembro de 2020 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).

Enquanto os fazendeiros do agronegócio colhem a safra, recebem em dólar e colocam o Brasil na segunda posição entre os que mais exportam grãos no mundo, ficando atrás apenas dos EUA, 43,3 milhões de pessoas não têm acesso aos alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões literalmente não têm o que comer.

Isso acontece porque o Brasil é um grande produtor de commodities e prioriza o lucro, explica Tereza Campello, ex-ministra do desenvolvimento social e combate à fome do governo da presidenta Dilma Rousseff.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, apenas um ano após o golpe que destituiu a presidenta Dilma, o país já havia retornado ao mapa da fome, de onde havia saído em 2014, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU).

“O conjunto das políticas públicas que tiraram o Brasil do mapa

da fome foi destruído. A família e o combate à fome deixaram de ser prioridades nesse governo”, diz a ex-ministra que acrescenta mais uma razão para a situação trágica atual: “A legislação trabalhista foi completamente desorganizada”.

E a desorganização continua com a boiada passando a passos largos. A Medida Provisória (MP) nº 1045, que incluiu no texto aprovado na Câmara dos Deputados uma nova e perversa reforma Trabalhista, retira direitos básicos dos trabalhadores e trabalhadoras, como férias, 13º, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e até o direito de não ganhar menos de um salário mínimo por mês. Tudo isso vai acabar se o Senado aprovar a MP até o dia 7 de setembro, quando a validade da medida caduca.

Mariana, de Angra dos Reis, região da Costa Verde fluminense, é uma dessas pessoas que se viu desesperada em meio à pandemia.

“Meu ganho no momento é o bolsa família. Antes da pandemia eu não tinha serviço fixo, mas eu saía nas praias para fazer meu serviço”, conta a mãe de três filhos, o mais novo com um ano e nove meses. O marido vive de bicos, trabalhando como ajudante de pedreiro.

Sem um salário fixo, a família encontra dificuldades na hora de fazer as compras no mercado. “Mantimento, mistura, essas coisas para as crianças, os preços estão muito altos”, conta ela que neste momento em que escolas e creches estão fechadas no município não pode sair para procurar emprego e depender praticamente de políticas públicas

governamentais.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (Dieese), o desemprego no 1º trimestre de 2021 ficou em 14,7%. E a cesta básica que em janeiro de 2020 custava R\$ 507, em julho de 2021 subiu para R\$ 621. Com o mercado de trabalho em crise, vagas de emprego em situações precárias, trabalhadores e trabalhadoras com a renda muito baixa e sem políticas de valorização do salário mínimo, o carrinho de mercado está cada vez mais vazio.

“Nós estamos falando de comida, a população não tem dinheiro para o básico, para comprar gás, está cozinhando com álcool, cozinhando com madeira. A situação é realmente dramática”, enfatiza Tereza.

Licenciado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e recebendo apenas um salário mínimo, Alexander Souza, que é electricista em Volta Redonda, no Sul Fluminense, afirma que a situação está muito complicada.

“Tenho três filhas, ajudo meu pai que tem 62 anos e está desempregado. Carne foi um item que sumiu da dispensa. Hoje consumimos mais ovos. Energia elétrica teve um aumento considerável”, lamenta ele ao falar que 2021 é mais um ano perdido.

Olhando o cenário é fácil entender que soberania, segurança alimentar e mercado interno não interessam para esse governo.



7 de setembro vamos ocupar as ruas e gritar FORA BOLSONARO

Bolsonaro joga todas as fichas de seu governo na preparação da tempestade perfeita e tenta trazer para as ruas o máximo de seus apoiadores para justificar uma eventual ruptura institucional, pois sabe que o caminho da reeleição está cada vez mais difícil e o que lhe parece pior, a derrota iminente em 2022 será de forma retumbante.

Depois de esticar a corda contra o STF e TSE, agora o cadáver insepulcro do presidente tenta a todo custo trazer os policiais militares da ativa para o centro das manifestações em defesa de seu governo genocida, tentando dar um ar de legitimidade aos atos antidemocráticos.

A sociedade precisa ficar atenta a mais essa tentativa de desestabilização das instituições provocada por quem deveria e tem a obrigação de respeitar a Constituição e o estado democrático de direito.

Mesmo que os chefes dos outros poderes não queiram acreditar em ruptura, não podemos deixar que os devaneios de um déspota que hoje ocupa a presidência destruam nossa democracia.



O tosco e sua turma já tentaram tirar-nos o apreço por nossos símbolos como bandeira e as cores verde e amarela; agora tentam a todo custo se apoderar-se do 7 de setembro. Não, não vamos deixar. Vamos mobilizar os movimentos sociais, sindical e estudantil e juntos ocupar as ruas e praças de todo o país como sempre fizemos (grito dos excluídos) no dia 7 de setembro e dessa vez com uma pauta ainda mais importante: o FORA BOLSONARO.

A população brasileira precisa mostrar a esses golpistas

que não aceitará qualquer tentativa de ruptura constitucional. O país já está sofrendo uma grave crise sanitária, social e financeira e não aguenta mais o desgoverno Bolsonaro.

A falta de credibilidade do governo e a insegurança política criada por Bolsonaro e seus apoiadores está destruindo o que resta da nossa economia. A volta da fome e a hiperinflação já estão batendo à porta dos brasileiros. Da forma como o Brasil está sendo gerido, 2022 pode ser muito tarde.

ESTATAIS SÃO DE TODOS.
PRIVATIZAR É PRA POUCOS.



Campanha
em Defesa dos
SERVIÇOS PÚBLICOS

Veja e
divulgue!